



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

ADOCIMENTO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB

Francinaldo dos Santos Lima¹; Ana Paula Furtado Soares Pontes²

¹ *Graduando do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)*
Email: francinaldodossantoslima@gmail.com

² *Professora doutora orientadora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - email: anaufpb@gmail.com*

RESUMO

As transformações no mundo do trabalho, advindas das influências do novo estágio de desenvolvimento do capitalismo tem impactado a escola, como solo fértil de fortalecimento de seus interesses, impondo condições precárias de trabalho ao professor, que se refletem decisivamente sobre sua saúde. Nessa pesquisa, objetivou-se investigar o adoecimento docente, a partir da categoria trabalho – saúde – doença, junto aos professores da Educação Básica I, do Município de João Pessoa/PB. Em termos metodológicos, tipifica-se como um estudo transversal, procedendo-se análise quali-quantitativa dos afastamentos para tratamento de saúde desses professores no período de 2013 e 2014. A coleta dos dados se deu a partir do levantamento de dados secundários, derivados da relação dos afastados no setor de recursos humanos da Secretaria de Educação e Cultura e da identificação do motivo de afastamento registrado nos prontuários médicos na Junta Médica Municipal. Na fase de análise e interpretação dos dados, utilizou-se da tabulação dos dados com a análise estatística descritiva dos gráficos, quadros e análise bibliográfica. Como resultado, concluímos que as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo e os transtornos mentais e comportamentais manifestam-se como os principais responsáveis das causas de afastamentos do trabalho em professores da Educação Básica I do Município, com maior frequência a partir dos quarenta anos de idade. Ao final, apresentam-se algumas considerações acerca da necessidade de enfrentamento dessa problemática, investindo-se na melhoria nas condições de trabalho dos professores e os efeitos desse processo sobre os resultados de seu trabalho.

Palavras – chave: Trabalho docente, Adoecimento docente, Licença para tratamento de saúde.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, o papel do professor extrapola e vai muito além da mediação do processo de conhecimento do educando, contemplando responsabilidades que superam a tarefa de ministrar aulas (VEIGA, 2006), situação agravada pelas condições de trabalho precarizadas ou pela flexibilização e polivalência no ambiente de trabalho

A partir das reformas educacionais dos anos de 1990, se instala no Estado brasileiro uma política neoliberal descentralizando o ensino, passando a priorizar controle sobre os resultados, conforme ressalta Oliveira (2005).

A autora assevera que as modificações da política educacional trouxeram sérias



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

consequências para os professores, tendo em vista que ocorre uma reestruturação do trabalho pedagógico, sendo o professor levado a assumir uma nova identidade como um profissional multifuncional, levando-o à proletarização e precarização profissional.

Nesse contexto, passa-se a exigir cada vez mais a formação de professores, exigindo muito mais que os conhecimentos técnicos, mas que os mesmos sejam capazes de criar e liderar no espaço de trabalho resolvendo os problemas no dia a dia e que priorize a formação continuada (KULLOK, 2000).

Portanto, esse cenário de exploração do trabalho, marca do capitalismo globalizado, afeta os trabalhadores dos mais diversos segmentos da economia, inclusive no setor educacional. Desta maneira, os professores também são afetados pelas mudanças no mundo do trabalho. E, apesar da natureza imaterial do trabalho, são levados a cumprir funções que antes não desempenhavam e a conviver com condições inadequadas para a realização do seu trabalho (KUENZER, 2004).

A precarização do trabalho docente influencia na vida e, conseqüentemente, na saúde física e mental dos professores. De maneira geral, as condições atuais do trabalho docente têm gerado para muitos, estresse, somatizações e desajustes comportamentais (KANAANE, 1999). Corroborando com tal entendimento, Esteve (1999) explica que a profissão docente está sofrendo um “mal-estar” que tem ocasionado faltas ao trabalho e, mais gravemente, o abandono da profissão.

Resulta, pois, numa exaustão profissional e emocional decorrente do contato diário com os problemas, comum a profissionais submetidos a frustrações. Segundo Kuenzer e Caldas (2009), o trabalho docente é não material, uma vez que não se objetiva em um produto material, por isso causa mais sofrimento, tornando esse profissional mais vulnerável a doenças ocupacionais.

Neste sentido, diante dessa problemática foi realizado um estudo investigativo com intuito de investigar as doenças que provocam afastamentos do trabalho dos professores da Educação Básica I (1º ao 5º ano do Ensino Fundamental) do Município de João Pessoa/PB.

METODOLOGIA

O presente processo investigativo tipifica-se como uma pesquisa documental, com uso da metodologia de cunho quali-quantitativa a partir da análise de dados secundários dos prontuários dos professores da Educação Básica I da rede municipal de João Pessoa, que foram afastados de suas atividades laborais nos anos de 2013 e 2014. Os dados foram fornecidos mediante anuência do setor de recursos



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

humanos da Secretária de Administração da Prefeitura de João Pessoa e coletados na Junta Médica Municipal.

Os procedimentos metodológicos adotados no percurso da coleta e análise dos dados possibilitam uma maior compreensão da realidade social a ser investigada que se apresenta como complexa e contraditória. Mediante tal realidade, há uma prevalência da pesquisa qualitativa, posto que esta, de acordo com Minayo (1994, p. 21-22),

[...] responde a questões muito particulares, [...] ela trabalha com universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A referida autora também assevera que não se descarta o uso de elementos quantitativos, vez que a natureza quali-quantitativa não se opõe, mas, se complementa em razão de a realidade social ser dinâmica.

A partir do acesso aos dados foi realizada uma delimitação dos sujeitos da pesquisa, sendo considerados os professores da educação básica I ocupantes de cargo efetivo, responsáveis pelos anos iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental I, excluindo os professores prestadores de serviços, que não fizeram parte deste estudo investigativo, por compor um quadro temporário, marcado pela alta rotatividade no cargo.

Em seguida demos início ao processo de análise dos dados coletados sistematizados em gráficos e quadros, com foco nas variáveis de interesse desse estudo. As variáveis consideradas de interesse para a pesquisa foram: tipo de licença, número de licenças de um indivíduo no mesmo ano, sexo, idade, Classificação Internacional de Doenças, problemas relacionados com a Saúde – CID 10 e números de dias perdidos por licença de saúde.

Os registros referentes às doenças foram categorizados segundo a CID 10. Foram considerados diagnósticos referentes às doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (M00 - M99), transtornos mentais e comportamentais (F00 - F99), doenças do sistema nervoso (G00 - G99), neoplasias (C00 - D48), doenças do aparelho digestivo (K00 - K93) e doenças do aparelho circulatório (I00 - I99) da CID 10.

Neste caso nos detivemos sobre as doenças com provável relação com o trabalho, conforme lista de doenças relacionadas ao trabalho, a ser adotada como referência dos agravos originados no processo de trabalho no SUS para uso clínico e epidemiológico.

Na fase de análise e interpretação dos dados, utilizou-se dos seguintes procedimentos: a tabulação dos dados com a análise estatística descritiva dos gráficos e quadros e, no que tange à dimensão qualitativa, esta se refere à correlação das análises subjetivas e a



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

interlocução com as referências teóricas e os dados documentais dos atestados médicos dos professores.

As análises descritivas foram realizadas com bases nas frequências absolutas e relativas das variáveis de interesses. Optamos como ferramenta operacional pelo programa Excel versão 2007 da Microsoft e pelo software programa de computador Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 17.0, para a construção de gráficos e quadros, objetivando melhor visualização dos resultados e a análise exploratória de dados.

A realização da pesquisa se deu mediante a elaboração do Termo de Consentimento de Livre Esclarecimento (TCLE), e autorizada pela Secretaria de Administração do Município de João Pessoa e Junta Médica Municipal.

Ressalta-se que foi garantido aos sujeitos dos dados pesquisados total anonimato, permitindo-se o livre acesso aos resultados da pesquisa, conforme estabelece os princípios da bioética que norteiam a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

RESULTADOS

De acordo com Informações fornecidas pela Secretaria de Administração Municipal, a capital paraibana contava, em 2013, com 834 professores e, em 2014, com 793 professores efetivos da Educação Básica I. Os números de docentes de 2014, em relação a 2013, revelam que houve uma redução de 5% desse quantitativo.

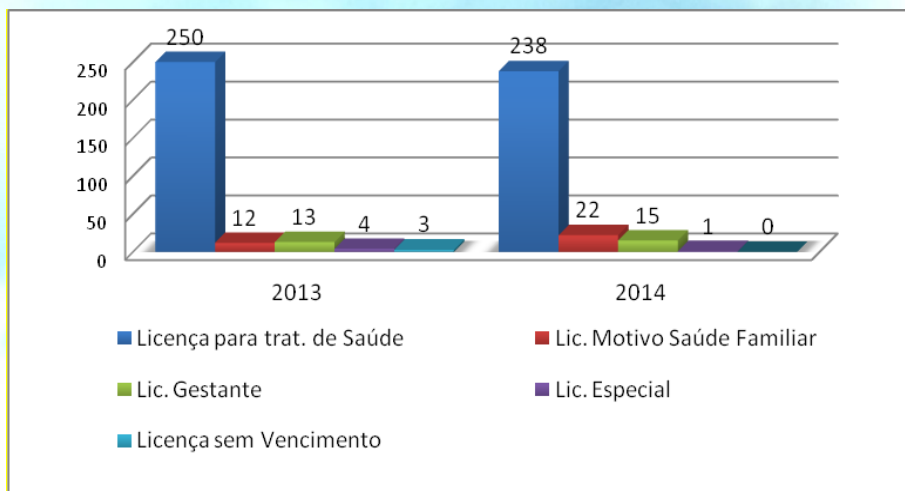
Em 2013, foram concedidas 250 licenças médicas para tratamento de saúde dos professores, o que representa 29,98% de afastamento do trabalho. Já em 2014, houve 238 licenças médicas para tratamento de saúde dos professores, o que equivale a 30,01% de afastamento. Totalizando, assim, nos últimos dois anos, 488 licenças médicas concedidas aos professores da educação básica I. Vale ressaltar que foram considerados os afastamentos reincididos no mesmo ano para fins estatísticos desta pesquisa.

Nos anos de 2013 e 2014, havia 1.627 professores da Educação Básica I. Destes, 199 entraram de licença médica para tratamento de saúde pela 1º vez, o que significa que 12,23% destes se afastaram para tratamento de saúde.

Considerando os motivos que levaram os professores a se afastarem, identificamos a seguir quantitativamente os tipos de licenças concedidas nesse período, pela Junta Médica do Município de João Pessoa/ PB.



GRÁFICO 01- Frequência de afastamento segundo tipo. João Pessoa/PB, 2013 – 2014.



Fonte: Junta médica/PMJP, 2015.

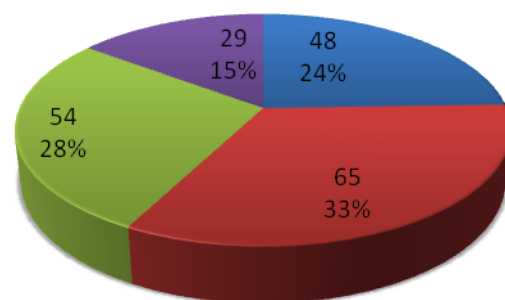
De acordo com Gráfico 01, que descreve a frequência do tipo de afastamento (licenças) no Município de João Pessoa, nos anos 2013-2014, os dados apontam que houve um maior registro de afastamentos em 2013, com 282 casos, de acordo com a seguinte especificação: licença para tratamento de saúde (88,7%), licença gestante (4,6%), licença sem vencimento (1,1%), licença motivo saúde familiar (4,3%) e licença especial (1,4 %).

Já em 2014, houve 276 casos de afastamentos, sendo: licença para tratamento de saúde (86,2%), licença gestante (5,4%), licença motivo saúde familiar (8,0%), licença especial (0,4%) e licença sem vencimento não houve.

No Gráfico 2, identifica-se quantitativamente os professores que estavam de licenças médicas segundo faixa etária 2013-2014, neste caso sem os casos reincidentes, foram um total de 199 docentes.

GRÁFICO 02 - Professores com licença para tratamento de saúde segundo faixa etária.

João Pessoa/PB, 2013/2014.



■ 30 a 39 anos ■ 40 a 49 anos ■ 50 a 59 anos ■ 60 anos e mais



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Fonte: Junta médica/PMJP, 2015.

Os 199 casos de afastamentos ficaram o seguinte: entre os 30 e 39 anos de idade (24,1%), entre os 40 e 49 (32,7%), entre 50 e 59 (27,1%) e entre 60 anos e mais de idade (14,6%). Na faixa etária entre 40 e 49, houve um percentual de aumento de 8,6%, em comparação com a categoria etária anterior, enquanto que entre 50 e 59 tiveram uma queda de 3%, em relação à faixa etária anterior.

Considerando o critério de gênero, identificamos que os professores com licença médica para tratamento de saúde em 2013 e 2014 pela primeira vez totalizaram 199 casos. Destes, 96% eram do sexo feminino e 4,0 % eram do sexo masculino.

No Quadro 01, serão apresentados os professores com licença em 2013 e 2014, para tratamento de saúde, segundo Classificação Internacional de Doenças (CID – 10), incluindo os casos de reincidência de afastamento durante o período analisado.

QUADRO 01 - Professores com licença para tratamento de saúde segundo Classificação Internacional de Doenças (CID – 10). João Pessoa/PB, 2013 – 2014.*

Classificação da CID – 10	N	%
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (M00 - M99)	79	16,2
Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde (Z00 - Z99)	47	9,6
Transtornos mentais e comportamentais (F00 - F99)	76	15,6
Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas (S, T)	34	7,0
Doenças do aparelho respiratório (J00 - J99)	15	3,1
Gravidez, parto e puerpério (O00 - O99)	26	5,3
Doenças do sistema nervoso (G00 - G99)	16	3,3
Doenças do aparelho circulatório (I00 - I99)	10	2,0
Doenças do aparelho digestivo (K00 - K93)	10	2,0
Neoplasias (C00 - D48)	11	2,3
Doenças do aparelho geniturinário (N00 - N99)	6	1,2
Doenças do olho e anexos (H00 - H59)	5	1,0
Algumas doenças infecciosas e parasitárias (A00 - B99)	3	0,6
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários (D50 - D89)	3	0,6
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte (R00 - R99)	3	0,6
Doenças do ouvido e da apófise mastóide (H60 - H95)	2	0,4
Doenças da pele e do tecido subcutâneo (L00 - L99)	2	0,4
Não informado	140	28,7
Total	488	100,0



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Nota(*): Afastamento com reincidência entre 2013 e 2014.

Fonte: Junta médica/PMJP, 2015.

Observa-se que nos afastamentos do trabalho por motivo de “doenças”, as mais comuns que levaram ao afastamento ao trabalho foram as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo com 16,2% dos casos; transtornos mentais e comportamentais com 15,6%; doenças do sistema nervoso 2,2%; neoplasias 2,3%; doenças do aparelho digestivo 2,0% e doenças do aparelho circulatório 2,0% dos casos analisados.

Ao verificar o número de dias de afastamento por licença para tratamento de saúde, incluindo os casos com reincidência, em 2013, constatou-se que os dias de ausência no trabalho foram: até 15 dias (26,8%), de 16 a 30 dias (30,8%), de 31 a 60 dias (33,6%), de 61 a 90 dias (8,4%) e de 91 a 120 dias (0,4%). Enquanto que em 2014, verificou-se que até 15 dias de ausência (22,3%), de 16 a 30 dias (39,1%), de 31 a 60 dias (26,9%), de 61 a 90 dias (10,9%) e de 91 a 120 dias (0,8%).

DISCURSSÃO

Batista; Carlotto; Moreira (2013), ao estudarem uma amostra baseada no universo de 414 fichas médicas individuais de professores do Ensino Fundamental em João Pessoa, entre os anos de 1999 e 2006, revelaram que, considerando o afastamento do trabalho no período Analisado, houve 414 licenças, sendo 211 (51%) delas decorrentes de problemas de depressão, ou seja, transtornos mentais e comportamentais.

A análise da pesquisa sobre os dados de 2013 e 2014, em confronto com os dados reunidos por Batista; Carlotto; Moreira (2013) evidenciaram um problema a nível municipal, que atinge a categoria docente que atua na Educação Básica I do Município de João Pessoa.

Foi possível observar, no período analisado, que os afastamentos do trabalho da maioria dos professores se deram por motivo de licença para tratamento de saúde do próprio servidor, objeto de investigação desse estudo na tentativa de estabelecer relação do processo saúde-doença do docente. Em segundo lugar ficou as licenças por motivo saúde familiar. É importante ressaltar que os números referentes às licenças para tratamento de saúde do servidor e por motivo de saúde da família reincidem.

Os dados evidenciaram que a maior prevalência de idade que solicitaram afastamento por problemas de saúde foram os docentes entre 40 e 49 anos de idade. Essa diferença poderia ser atribuída a uma série de fatores presentes na organização e no processo de trabalho em que esses profissionais enfrentam no dia a dia, como: jornada dupla ou dobra de carga horária,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

tempo na atividade docente, não conformidades no ambiente de trabalho, números de alunos em sala, cobranças etc.

Segundo Pereira (2006), a ausência de condições adequadas para o trabalho do professor, representa um dos inúmeros problemas que a instituição escolar e o próprio professor tem que enfrentar. Essa ausência de condições adequadas vem provocando doenças nos docentes, o que por sua vez compromete todo o processo de ensino e aprendizagem, já que eles são a peça chave desse processo. A questão salarial é outro problema a ser enfrentado pelos profissionais do magistério, que se veem diante da necessidade de ampliar jornada de trabalho. Diante da sobrecarga no trabalho, as exigências físicas e mentais se destacam como geradoras de estresse no trabalho.

Desses dados, chama à atenção as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo com 16,2% dos casos. Essas doenças se dão em função de alterações das articulações e dos seus componentes (músculos, ossos, cartilagens e tendões), afetando, principalmente, os membros superiores (mãos, punhos, braços, antebraços, ombros e coluna cervical).

O afastamento do trabalho pode ocorrer quando as condições de trabalho não são adequadas, nas quais muitos docentes utilizam suas capacidades físicas e cognitivas para atingir seus objetivos no trabalho escolar, gerando sobrecarga psicofisiológicas destes profissionais. Com a exaustiva carga horária semanal, não há tempo suficiente para a recuperação e, então, são desencadeados ou precipitados os sintomas clínicos que podem levar o docente ao afastamento do trabalho (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005).

Corroborando, os autores sinalizam que muitas dessas doenças podem ter relação com as condições de trabalho, ou seja, podem ser consideradas como relacionadas ao trabalho. Refletem o conflito entre trabalho e saúde, classificando-se desse modo o que seja acidente e doença do trabalho, fruto da prática decorrente do conceito que faz do trabalho e da coisificação do trabalhador dentro da lógica do capitalismo.

Outro dado que chama à atenção são os transtornos mentais e comportamentais com 15,6%, no qual, revela uma realidade preocupante para esses agravos, as quais muitos docentes estão enfrentando. As doenças mentais e comportamentais são de difícil diagnóstico em função da sua subjetividade. Dentre os transtornos mentais, a depressão manifesta-se como responsável por muitos afastamentos do trabalho em professores, muitas vezes, tendo como origem as condições e cargas de trabalho a que esses profissionais estão submetidos.

De acordo com Meleiro (2004), não podemos deixar de lembrar as jornadas prolongadas de trabalho dos professores que podem



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

chegar a ocupar os três turnos, as pequenas pausas para o lanche rápido e, geralmente, em lugares sem conforto; o ritmo intenso de trabalho e as exigências de um alto nível de atenção e concentração para dar resultados, além das condições físicas das salas de aula de grande parte das escolas públicas, como, ausência de aclimatação, iluminação inadequada e o excessivo número de alunos.

Para Mariano; Muniz (2006), as pressões existentes na organização do trabalho docente se apresentam de forma diversificada, resultando num conjunto de sentimentos que envolvem a angústia, desgosto, raiva, desesperança, desmotivação, além de intenso cansaço físico e estresse. A presença desses elementos dá lugar à vivência do sofrimento psíquico na atividade docente, ameaçando dessa forma a saúde desses profissionais.

CONCLUSÕES

Neste trabalho foi visto que as atuais mudanças pelas quais nossa sociedade tem passado, e vem passando, cada vez mais tem aumentado as exigências sobre os professores, que muitas vezes, exercem suas atividades em condições inadequadas de trabalho, provocando, entre esses docentes, situações de mal estar e desconforto, afetando a saúde e a qualidade de vida desses profissionais.

Barreto (2004) pontua, com base na UNESCO, que o Brasil é o terceiro país membro desta entidade que paga um dos piores salários aos educadores. Situação essa que resulta na necessidade dos professores trabalharem em mais de uma escola, ou seja, enfrentar dupla ou até tripla jornada de trabalho, para atender suas necessidades materiais. E ainda se soma a essa realidade a precariedade das demais condições de trabalho reservada para o exercício profissional, seja condições objetivas como: o desconforto térmico, falta de iluminação inadequada, elevado número de alunos; bem como as questões subjetivas como: cobranças por resultados, as relações de chefia, relação professor e aluno, indisciplina dos alunos, entre outros. De acordo a literatura dessa área citada no presente trabalho, considerando as definições teóricas envolvidas na definição e descrição sobre o trabalho docente na atualidade, bem como os dados coletados, os resultados demonstraram fatores associados à qualidade de vida dos participantes desta pesquisa, comprometendo ou agravando sua saúde.

Os dados apontam considerado número de afastamento por motivo de doença que levaram os professores a se ausentarem de suas atividades laborais, interferindo na qualidade de vida e no trabalho docente.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Tais resultados evidenciam a relevância deste estudo que buscou investigar uma temática atual em torno do trabalho docente, que interfere na qualidade de vida, levando ao comprometimento da saúde dos professores e a aprendizagem dos alunos.

Os processos de desgaste físico e mental dos professores representam conseqüências negativas não somente para os professores, mas também para o aluno e para o sistema de ensino. Os custos sociais e econômicos podem ter múltiplos desfechos: absentismo, acidentes e enfermidades diversas, físicas, comportamentais e psíquicas. (LANDINI, 2006, p.5).

Nesse cenário, os aparelhos do Estado parecem estar distantes de convergir quanto a sua responsabilidade na efetivação das políticas sociais, educação e saúde, que parecem caminhar em sentido contrário. De um lado, as políticas educacionais cada vez mais emergentes e presentes na vida do professor, tirando-o sua paz; de outro lado, a política de saúde do trabalhador, que não passa nem por perto dos professores do município de João Pessoa.

O estudo revelou três pontos importantes a considerar. Primeiro, o alto índice de afastamentos do trabalho em função das doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo e os transtornos mentais e comportamentais, o que demonstra as lacunas existentes nas políticas de educação no município, refletindo-se no trabalho da categoria docente, visto que tais doenças podem ser originadas no próprio ambiente de trabalho. Segundo, a Prefeitura de João Pessoa, no que se refere à Secretária de Administração, não dispõe de nenhuma política de saúde com ações voltadas para saúde e segurança nos ambientes de trabalho dos trabalhadores da educação.

Neste sentido, destaco a necessidade de um setor para avaliação dos fatores clínicos epidemiológicos da categoria dos/as professores/as, assistidos pela Junta Médica e, a partir, daí elaborar programas de prevenção e promoção à saúde destes docentes e dos demais profissionais da escola.

Terceiro, a necessidade de criação de um banco de dados integrado com o setor saúde e Junta Médica. Isto é, a criação de um sistema integrado para registros dos afastamentos dos servidores da Secretária de Educação de João Pessoa/PB, para melhor atuação do setor de promoção à saúde sobre estes ambientes de trabalho. Os resultados também evidenciam a necessidade de realização de futuras investigações centradas no estudo nos atendimentos realizados na Junta Médica, a fim de melhor estabelecer diagnósticos e, posteriormente, nexos causal e notificação dos casos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, para que haja garantia de “direitos” para os servidores acometidos por possíveis doenças relacionadas



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

às condições de trabalho, bem como, a partir dos dados, permitir uma melhor intervenção sobre o problema.

Diante desse contexto, vislumbra-se a necessidade de enfrentamento dessas questões, buscando melhoria na qualidade no ambiente de trabalho e de modo geral avançar no campo da saúde do servidor da educação, principalmente os professores, visto que, quanto mais se investe na saúde do trabalhador mais garantias de melhores resultados no trabalho, bem como, resulta em melhorias das condições e qualidade de vida dos mesmos, possibilitando, assim, a superação da condição existente.

REFERÊNCIAS

BARRETO, M. **Os educadores estão doentes**. Quem são os responsáveis? Informativo do Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial do Recife. Recife: SIMPERE, 2004.

BATISTA, J. B. V.; MOREIRA, A. M.; CARLOTTO, M. S.: **Depressão como Causa de Afastamento do Trabalho**: Um Estudo com Professores do Ensino Fundamental. In: Psico v. 44, n. 2, pp. 262, abr./jun.2013. Disponível em:<
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/11551/9644>>. Acesso em: 20 nov 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Representação no Brasil da OPAS/OMS. **Doenças Relacionadas ao Trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília, 2001.

CHARLOT, B. **O professor na sociedade contemporânea**: Um trabalhador da contradição. In: Revista da FAEEBA, 17(30), 17-31. 2008.

ESTEVE, J.M. **O mal estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Trad. Cavicchia, D. C. Bauru, São Paulo. 1999.

GASPARINI, S. M. et al. **O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde**. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. **O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, ago. 2005.

KANAANE, R. **Comportamento Humano nas Organizações**: o homem rumo ao século XXI. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KUENZER, A. Z. **Sob a reestruturação produtiva, enfermeiros, professores e montadores de automóveis se encontram no sofrimento do trabalho**. In: Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 239-265, mar. 2004.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

KUENZER, Acácia Z.; CALDAS, Andrea: Trabalho docente: comprometimento e desistência. In: FIDALGO, Fernando, OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M., FIDALGO, Nara Luciene Rocha (Orgs): **A Intensificação do Trabalho Docente: tecnologias e produtividades**. Campinas, SP: Papirus, 2009.

KULLOK, M. G. B. **As exigências da formação do professor na atualidade**. Maceió: EDUFAL, 2000.

LANDINI, S. R. **Professor, Trabalho E Saúde: as políticas educacionais, a materialidade histórica e as conseqüências para a saúde do trabalhador – professor**. São Carlos, 2006. Mimeo

MARIANO, M. S. S.; MUNIZ, H. P. **Trabalho docente e saúde: o caso dos professores da segunda fase do ensino fundamental**. In: Estudos e Pesquisas em Psicologia. UERJ, RJ. Ano 6, n.1, 1º semestre de 2006. Acesso em: 12 out 2015.

MELEIRO, Alexandrina Maria Augusta da Silva. **O stress do professor**. In: LIPP, Marilda. O Stress do professor. Campinas: Papirus, 2002.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria método e criatividade. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.
<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/4834/3583>>. Acesso em: 20 dez 2015.

OLIVEIRA, D. A. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas conseqüências para os trabalhadores docentes. In: Educação e Sociedade. Campinas, v. 23, n. 92, p. 753-775, out. 2005.

_____. **Reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> acessado em 20 jun 2016

OLIVEIRA, D.A.; FELDFEBER, M. **Políticas educativas y trabajo docente**. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico, 2006.

UNESCO. **O Perfil dos Professores Brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam**/Pesquisa Nacional. Unesco. São Paulo: Moderna, 2004.

VEIGA, I. P. **Docência como atividade profissional**. In: VEIGA, Ilma P.; D'Ávila, Cristina. (Orgs.) Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2008. p. 13-22.